

Economia regional e desenvolvimento urbano: Juiz de Fora (1850/1900)

Felipe Marinho Duarte
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
História Econômica e Demografia Histórica

Resumo: O crescimento urbano de Juiz de Fora, como se sabe, foi em grande parte impulsionado pela economia cafeeira, cuja dinâmica econômica permitiu a formação de poupanças internas, onde a aplicação de recursos favoreceu um processo endógeno de acumulação de capital. A racionalização destes investimentos econômicos realizados pelos agentes e instituições financeiras locais levou a organização de um circuito financeiro, que representava uma excelente possibilidade de lucros e conseqüente transferência de recursos do setor agrário (tradicional) para o setor urbano-industrial (modernos). O trabalho se insere no debate sobre a formação da sociedade de mercado, além de convergir outros trabalhos recentes, cujas reflexões estão direcionadas ao estudo das origens da sociedade urbana no Brasil e da riqueza material por ela produzida. Neste sentido, tentaremos fazer algumas considerações teóricas acerca da base material que está relacionada ao desenvolvimento econômico e social de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.

Palavras-chaves: Economia Regional, Desenvolvimento Urbano, Mercado de Capitais.

A Zona da Mata mineira possui uma geografia acidentada, constituída principalmente por colinas e morros, que variam entre 400 e 1000 metros de altitude. Este relevo é denominado geograficamente como mares de morros, seu clima é classificado como tropical de altitude. Estas condições naturais são apropriadas ao desenvolvimento das lavouras de café, devido à boa adaptação da planta ao meio ambiente da região.

A flora da Zona Mata “*é variada e riquíssima (...) registrando-a, temos em vista dar uma idéia mais ou menos aproximada de sua opulência, fornecendo dados também que julgamos de utilidade a quantos desejem valer-se da sua riqueza*” (ESTEVES, 2008, p. 95).

A grande diversidade de espécies é consequência da predominante vegetação de Mata Atlântica que cobria grande parte do território em questão. Todavia, a floresta foi significativamente devastada, sendo este processo acelerado com a introdução da cafeicultura na região. O desenvolvimento de tal atividade econômica foi responsável, em grande parte, por causar significativas transformações na paisagem dos Sertões do Leste (MERCADANTE, 1973).

No meado do oitocentos ganha nítido contorno a paisagem social. As aldeias viram cidades, crescidas com casario e jardins. O café, a lavoura, e o trem facilitaria o contato com o progresso litorâneo. Chega a informação pelo telégrafo e correio, atualizando a gente interessada nas coisas. (MERCADANTE, 1973, p. 120)

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (2008), a economia espacial permanece frequentemente muda, a propósito das questões atinentes ao desenvolvimento das tecnologias relacionadas às comunicações à distância, estejam elas referentes ao transporte de pessoas e mercadorias ou à circulação de informações. A maneira como a sociedade explora a natureza define as transformações na forma da produção econômica, reorientando a organização do território (SANTOS, 2008, p. 32).

A paisagem que representa o espaço econômico da Zona da Mata se modifica intensamente, não somente pela derrubada das florestas e introdução das lavouras de café, mas também pela ação humana realizada através da execução de obras infraestruturais, tais como: estradas de ferro, pontes, linhas de eletricidade, moradias, etc. Estas mudanças são próprias de um território que vive um franco processo de modernização e modernismo.

A modernidade que a Zona da Mata começa a experimentar, a partir de meados de século XIX, traz consigo um enorme poder de ação sobre a paisagem, sendo estas transformações físicas do território, fundamentais não só à formação do espaço econômico, mas também à sua organização segundo as características de uma produção agroexportadora.

Existe um longo debate historiográfico acerca da natureza da economia de Minas Gerais, em que um considerável número de autores afirmam que a produção agrícola mineira foi desenvolvida, quase que exclusivamente, com a finalidade de atender às demandas geradas pelo mercado de abastecimento interno (SOUZA, 2007). Esta premissa não se torna verdadeira quando analisado o caso específico da Zona da Mata, cuja produção agrícola era destinada a suprir as demandas do mercado externo.

Esta afirmação não desconsidera a importância de estudos que analisam as formas pelas quais se estruturou o mercado interno de viveres na Zona da Mata. Apenas não atribui a esta atividade econômica a responsabilidade de consolidar na região as práticas mercantis próprias de um sistema capitalista, uma vez que no período em questão, a economia de subsistência da Mata não operava dentro da lógica de um mercado capitalista moderno, ou seja, produzindo em grande escala para uma sociedade de consumo.

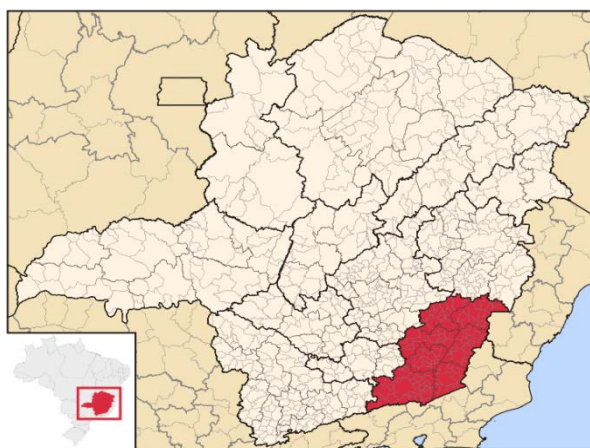
Anteriormente a 1850, torna-se difícil afirmar que houve uma política econômica racional para o desenvolvimento contínuo da região, se é que isso ocorreu em algum momento da história, pois qualquer estratégia organizada em prol de uma política urbana esbarrava na ausência de artifícios legais e na falta de uma autonomia político-administrativa para a tomada de decisões estruturais.

Historicamente, a cafeicultura brasileira com características agroexportadoras teve início no Vale do Paraíba fluminense, devido ao processo natural de desgaste do solo causado pela produção cafeeira e a crescente demanda internacional pelo produto. O café inicia esse movimento de interiorização, avançando suas fronteiras agrícolas em direção a Minas Gerais e São Paulo, seguindo o Rio Paraíba do Sul e seus afluentes (MARQUESE; TOMICH, 2008, pp. 25-30).

A Zona da Mata é uma região de fronteira pela qual o café foi introduzido em Minas Gerais. É uma região que sofre forte influência econômica do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que inexistia em Minas Gerais – até 1930 – uma identidade econômica capaz de centralizar os interesses políticos e econômicos, unificado os anseios pelo desenvolvimento. Sendo assim, torna-se notório um processo de crescimento desarticulado e descontínuo (WIRTH, 1982, p.41).

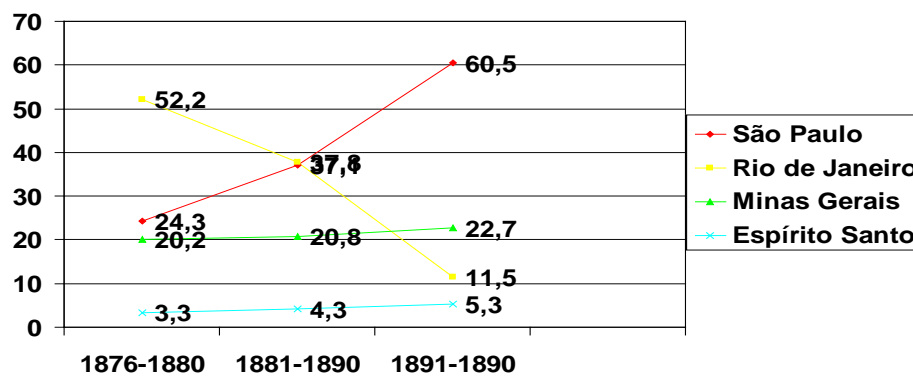
De certo que as regiões mineiras sofrem muito mais influência das Províncias vizinhas – Sul e Triângulo com São Paulo, o norte com a Bahia e a Zona da Mata com o Rio de Janeiro – do que com a unidade política e administrativa da qual fazem parte. Isso gera uma esterilização dos capitais produzidos endogenamente e que teoricamente deveriam desenvolver Minas Gerais (Ilustração 1).

Ilustração 1: Mapa de Minas Gerais com destaque na Zona da Mata



A Zona da Mata mineira, a partir da segunda metade do século XIX, torna-se uma das regiões econômicas mais dinâmicas de Minas Gerais por conta da sua produção agrícola voltada para o mercado externo. A boa adaptação do café às condições naturais da Zona da Mata, resultado dos fatores acima explicados, permitiu um bom resultado já nas primeiras tentativas de introdução do produto na região. O desenvolvimento desta atividade em Minas Gerais colocou a Província num papel de destaque frente à produção nacional (Gráfico 1).

Gráfico 1: Participação mineira (em porcentagem) na exportação nacional de café (1876/1890)



Fonte: PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

A produção brasileira de café, com significativa participação de Minas, foi responsável pela popularização do consumo deste gênero alimentício, que até o primeiro quarto do século XIX apresentava acesso restrito apenas às classes mais abastadas, configurando-se como um artigo de luxo.

A boa adaptação da planta na região sudeste do país permite o desenvolvimento de uma produção em larga escala, que era exportada para o mundo através de uma eficiente infraestrutura de transporte. Não obstante, o café é visto por muitos autores como a bebida do século XIX, que devido à sua característica estimulante, foi amplamente utilizado pelos trabalhadores fabris contemporâneos ao processo de industrialização da Europa e América do Norte. (TRENTMANN, 2008)

Neste sentido, pode-se perceber o desenvolvimento comercial, tanto local quanto à longa distância. No caso da Zona da Mata, as estruturas produtivas de subsistência são fundamentais à reprodução desta economia voltada a atender as demandas do mercado externo.

Numa percepção clássica da história econômica, no século XIX houve uma acentuação da divisão mundial do trabalho, em que os países tidos como periféricos assumiram o papel de produtores primários, enquanto os países centrais já desenvolviam outras formas mais modernas de organização da produção.

De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão de trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância. À luz do nosso conhecimento atual, poderíamos quase que reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da “divisão do trabalho” dada pela localização (POLANYI, 2000, p. 79)

O geógrafo David Harvey chama a atenção para as dimensões espaciais referentes à teoria da acumulação, que de certa maneira se aproxima das análises realizadas por Karl Marx nas suas mais diversas obras (HARVEY, 2006, p. 43). Harvey tem como objeto central a produção

capitalista do espaço, que por sua vez é dependente da acumulação de capitais para a efetivação das transformações do meio, gerando significativas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Contudo o dinamismo econômico vivido pela Zona da Mata, relacionado diretamente com a produção cafeeira, desenvolveu não somente uma outra lógica de utilização do solo, como foi capaz de estruturar um mercado de capitais local responsável pela inversão econômica, principalmente no desenvolvimento das infraestruturas.

Os caminhos do desenvolvimento regional

O incipiente processo de ocupação capitalista do solo da Zona da Mata teve uma significativa aceleração a partir das primeiras décadas do século XVIII, com a abertura do Caminho Novo. Esta era a principal rota de ligação da Província de Minas Gerais com a cidade do Rio de Janeiro, especialmente responsável pelo fluxo interprovincial de mercadorias.

Este processo de ocupação do solo da Zona da Mata segue num primeiro momento o traçado deste Caminho Novo, aberto por Rodrigues Garcia Paes e Domingos Rodrigues da Fonseca (ESTEVEZ, 2008, pp. 15-16), tendo como principal atividade econômica o cultivo de gêneros alimentícios, que serviam não somente ao abastecimento das tropas que circulavam pela picada, como também para lançar as primeiras sementes de crescimento demográfico na região.

O tropeiro desempenhou na Mata um papel complexo de bandeirante, mercador, conselheiro e capitalista. Em regra, participava da elite da província. O negócio exigia, para o bom êxito, recursos e instrução, tino e boas relações. A circunstância do meio de vida possibilitava a imagem de um homem bem informado que, em suas andanças, conhecia todo o País. Passava naturalmente a conselheiro dos lavradores, pessoas de confiança para as compras na Corte. Era mensageiro da civilização, no dizer de Calógeras. No tempo em que raros jornais circulavam, a tradição oral valia por quase único de contato com os acontecimentos do litoral. Coisa muito semelhante ao papel que, na Idade Média, desempenhava mercadores ambulantes ou os trovadores. (MERCADANTE, 1983, p. 66)

O movimento de idas e vindas de tropas deu uma dinâmica social singular à região, uma vez que este trânsito de pessoas propiciava uma dinamização das trocas econômicas. Não se pode afirmar que estas relações eram exclusivamente monetarizadas, embora o ouro servisse como moeda corrente a esta sociedade. As autoras Mônica Ribeiro (2005) e Sônia Souza (2007) demonstram o importante papel desta trocas para o processo de acumulação endógena, responsável em grande parte pelo desenvolvimento da cafeicultura.

Estes estudos mais recentes tentam contrapor a uma visão clássica acerca da natureza do capital financeiro responsável pela introdução da cafeicultura na Zona da Mata. Durante muito tempo se acreditou que os capitais que promoveram a produção cafeeira foram trazidos de outros lugares para a região e aplicados no desenvolvimento do plantio do café.

O principal defensor deste ponto de vista é João Heraldo Lima (1981), que em sua tese afirma a dependência financeira da Zona da Mata para o desenvolvimento do que viria a ser sua principal atividade econômica. O autor afirma que este capital exógeno responsável por fornecer condições materiais à reprodução ampliada da cafeicultura teve sua origem com a exploração aurífera.

Sobre a rota de ligação do interior ao litoral, foi fundada em 1850 a Vila de Antônio do Paraibuna, que, após sancionada a lei provincial de 19 de dezembro de 1865, passou a se chamar Juiz de Fora.

13 de Abril de 1837

Pela lei provincial nº 81 era aprovado o contrato firmado antes com o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para a construção de uma estrada entre Vila Rica e Paraibuna, para facilitar as comunicações com a Corte. No traçado dessa estrada, cujas obras estavam então bastante adiantadas, o contratante aproveitou vários trechos do

Caminho Novo, desviando-o, porém, para a margem direita do rio na região em que surgiu o arraial de Santo Antônio do Paraibuna, que foi elevado a vila em 1850, como sede do Município do mesmo nome, então criado, e a cidade em 1856 (OLIVEIRA, 1975, p. 111)

O bom desenvolvimento da cafeicultura na região demonstrava que esta poderia ser como uma boa opção de investimento. Foi neste movimento ascende da produção cafeeira, que Juiz de Fora se tornou uma referência urbana para a Zona da Mata, devido aos serviços de transporte do produto para porto do Rio de Janeiro e financiamento das lavouras.

Com a construção da Estrada de Rodagem União e Indústria por Mariano Procópio Ferreira Lage, no ano de 1861, a cidade se torna a capital regional da Zona da Mata. Devido a questões relacionadas ao transporte do café, a cidade obteve uma maior acumulação de capital, o que se deve à infraestrutura de prestação de serviços oferecida na cidade, principalmente no que tange à necessidade de transporte do café para o porto do Rio de Janeiro, principal ponto de escoamento da produção mineira de café. Juiz de Fora se transforma num ponto terminal (BASTOS, 1961).

Com a abertura da rodovia, com seu leito macadamizado e com seu sistema de transportes – diligência e carroças – modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de burros, cuja quantidade por jumento não excedia a 60 quilos de carga. A Rodovia União e Indústria introduziu maior “liquidez” no sistema: maior rapidez, maior qualidade e volume de carga transportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, conseqüentemente, barateamento do preço/arroba, por légua transportada (GIROLETTI, 1988, p.41).

A fase mais moderna da prestação do serviço de transporte do café para cidade e região foi determinada com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, no ano de 1972. Esta obra não só colabora para a otimização da distribuição do produto, como também se configura como uma nova forma de aplicação de capitais, demonstrando a existência de um mercado financeiro responsável, direta ou indiretamente, pelo desenvolvimento regional.

Resta, de tudo isso, a impressão de que o capital mercantil, com centro no Rio de Janeiro, o investimento em ferrovia aparecia apenas como uma nova aplicação financeira da qual se esperavam lucros imediatos e compensadores. Diante da não ocorrência dessa esperança, parece ter sido aceita sem maior oposição a troca compulsória das ações da empresa por apólices do Governo de 6% de juros ao ano e com os valores ao par para cada título. O discurso de C.B Ottoni, na assembléia-geral de encerramento da Companhia Estrada de Ferro de D. Pedro II (SAES, 1986, p. 37)

Desta forma, tocamos num dos principais pontos da pesquisa, que é o desenvolvimento do sistema financeiro regional, que em grande medida proporcionou condições à reprodução econômica dos setores tradicionais e modernos. Estas questões serão oportunamente detalhadas.

Mercado financeiro e desenvolvimento urbano

Aqui se encontra uma das principais questões tratadas neste trabalho: a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização e modernização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento das obras de serviços públicos realizadas pelo poder executivo municipal, utilizando o mercado de capitais local para levantar os recursos financeiros necessários.

O mercado financeiro é compreendido nesta pesquisa segundo os conceitos propostos pela antropologia econômica, tendo Karl Polanyi e Walter Neale como principais referências teóricas (NEALE, 1976, pp. 405-421. In: POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1976). Estes autores consideram que nenhuma instituição social responde perfeitamente ao modelo ideal, logo, a compreensão de mercado regulado apenas por leis próprias (oferta e demanda) torna-se um axioma sem validade (POLANYI, 2000, p. 62 – 63).

Em outras palavras, o mercado é entendido como um lugar físico onde as pessoas se encontram para desenvolver suas relações de troca, em que não existe necessariamente o mecanismo de oferta e demanda como fatores responsáveis pela regulação do preço. Logo, a troca é

realizada num duplo movimento, cabendo aos indivíduos aceitarem ou não a opção oferecida (NEALE, 1976, pp. 414-420).

Acreditar que as relações de troca seguem fundamentalmente as leis de oferta e demanda, conduz a uma abordagem estritamente econômica, pela qual os mercados (principalmente os financeiros e de capitais) só existem em economias capitalistas em que há mercados formais. De outro modo, se trata de uma visão reducionista que despreza toda a subjetividade humana implícita nas relações pessoais que levam à manifestação objetiva do fato econômico (PRADO Jr, 1966, pp. 13-28).

Num país sem um sistema de finanças amplamente organizado, mercado informal de crédito¹ tornou-se um instrumento fundamental para o financiamento das lavouras de café, assim como para os setores urbanos da economia, tais como as indústrias e as melhorias dos serviços públicos urbanos. É nesta direção que caminha o presente trabalho de pesquisa.

No ano de 1861, Juiz de Fora se configurava como a terceira maior arrecadação do Estado de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417\$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora (OLIVEIRA, 1966, p.93).

Dada a limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, a arrecadação ordinária obtida através das taxações sobre imóveis e impostos como o de indústria e profissões, se mostrava insuficiente para a realização de obras públicas demandadas pela dinamização urbana das cidades.

Neste sentido, os lançamentos de títulos da dívida municipal se mostraram um importante mecanismo de arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de serem aplicados em obras urbanas específicas (LEVY, 1977).

Grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores (LEVY, 1977, p.73). Entretanto, outros municípios de menor porte também emitiram títulos públicos como forma de complementação ou adiantamento de sua dotação orçamentária.

A prefeitura de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida municipal em algumas oportunidades. Foram detectados lançamentos (novos ou de consolidação de antigos empréstimos) nos anos de 1870, 1884, 1887, 1893, 1896 e 1899, quase todos referentes à construção de obras públicas e com características típicas que envolvem os títulos de dívida pública: longo prazo, negociabilidade e juros fixos, para o que nos interessa de mais imediato.

Considerando os dados levantados, os títulos públicos de Juiz de Fora estão presentes de forma relativamente regular no patrimônio de fazendeiros de café (entre outros) na devida proporção, conjuntamente com outros ativos financeiros, quase todos indicando a presença de um mercado financeiro local e a transferência intersetorial de recursos (PIRES, 2009, pp. 358-361).

O investimento capitalista em títulos financeiros dos mais variados tipos é uma prática econômica moderna, embora os títulos públicos sejam especialmente vistos como “tradicional”, dada a sua natureza de remuneração fixa e baixo risco. Os títulos públicos sejam eles municipais, estaduais ou federais, se configuram com uma opção mais segura para a diversificação de investimentos e composição de *portfólios* (COSTA, 1999).

A presente exposição pretende apresentar alguns resultados de uma pesquisa em andamento, como o estudo que se insere na recente discussão historiográfica acerca da formação de uma sociedade de mercado, especialmente no que tange aos aspectos financeiros, assim como ocorreu na dinâmica de consolidação capitalista numa região como a Zona da Mata mineira.

¹ “[...] Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definiremos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, informal ou formal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preço, informação ou em uma combinação de ambos.” HOFFMAM, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. *Priceless market: the political economy of credit in Paris*. Chicago: University of Chicago Press, 2000 apud PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Op. cit. p. 23.

Os estudos sobre a modernização da cidade e região a partir da análise das atividades financeiras, em especial aquelas destinadas aos projetos de expansão da infraestrutura e serviços públicos urbanos, tentam de certa forma contribuir para a elucidação deste tema ainda pouco estudado no país, limitando-se praticamente às suas principais capitais, mas ainda muito pouco conhecido em centros urbanos de referência regional.

Sendo assim, é mister perceber que em municípios como Juiz de Fora (capital regional da Zona da Mata mineira no período) se formou um grupo social de investidores, composto por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, entre outros agentes, que realizavam aplicações no mercado financeiro local e foram responsáveis (de forma indireta) pelo financiamento do desenvolvimento dos serviços públicos e obras de infraestrutura tão importantes que implicaram no surgimento de energia elétrica, telefonia transportes urbanos, ferrovias, etc.

Este trabalho procura, portanto, contribuir para ampliar os estudos dos títulos da dívida pública, principalmente os municipais, ainda muito pouco estudados pela historiografia brasileira, que sobre o assunto possui raríssimos trabalhos. Esta escassez de referências bibliográficas se estende até mesmo aos títulos públicos estaduais e federais, que apresentam maior importância financeira em razão de sua liquidez e negociação regular nas Bolsas de Valores.

Ainda assim, predomina nestes trabalhos a visão de que os investimentos em títulos públicos constituem meros mecanismos financeiros responsáveis pela transferência e esterilização dos recursos gerados em uma região, privando-a de investimentos mais significativos e de maiores condições para o desenvolvimento econômico.

Tentando contrapor esta visão excessivamente centralizadora, a presente pesquisa, ao estudar os lançamentos de títulos públicos municipais, tenta valorizar os aspectos regionais e locais da história financeira do país, demonstrando a existência de um circuito financeiro local responsável não só pelo conhecido processo de industrialização do município, como também de toda dinâmica de urbanização que o secundou.

Melhorias urbanas através do Crédito Público: a subscrição pública de 1893

Neste momento serão discutidas algumas questões pertinentes à subscrição de títulos públicos municipais, promovida pela Câmara de Vereadores de Juiz de Fora no ano de 1893². Este lançamento será analisado de forma a explicar as funções desta prática financeira, com a intenção de demonstrar os benefícios sociais e individuais que a circulação destes ativos financeiros fora capaz de gerar na economia local.

As investigações se desdobram numa análise político-administrativa do governo municipal de Juiz de Fora, entre o período de 1892 a 1894³. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram estudadas as resoluções da Câmara Municipal, a fim de compreender as motivações do poder executivo local em lançar mão deste artifício financeiro, e também foram levantadas as listas nominais de subscritores da dívida pública de 1893, cujo documento permite identificar os investidores que aplicaram parte de poupanças em títulos públicos municipais.

Entre o período de 1855 a 1920, Juiz de Fora teve um significativo aumento de população. Durante este lapso de 65 anos, a cidade chegou a registrar um crescimento demográfico de aproximadamente 794,8%, sendo que isso representa uma média de crescimento de 12,22% ao ano. Esta taxa de crescimento anual representa quase o dobro da média Brasileira no mesmo período (HUGON, 1973, p. 175).

² A resolução da Câmara Municipal sobre o empréstimo municipal data de 13 de outubro de 1892, mas as vendas das apólices começam somente no ano seguinte. A historiografia tradicional local refere ao episódio como subscrição de 1893, mas trabalharemos neste artigo com a referência do ano de 1892, por acreditar que o lançamento está configurado a partir do momento que a Câmara Municipal o autoriza.

³ Como consequência da Proclamação da República, o governo provisório de Minas dissolve a Câmara e cria em substituição um Conselho de Intendência, composto pelo Presidente Antero José Lage Barbosa, Constantino Luiz Paletta e Luiz Artur Detzi, Francisco Isidoro Barbosa Lage e Francisco Cândido Alves. Até o ano de 1891, quando são eleitos os primeiros vereadores do período republicano, que governaria a cidade entre 1892-1894.

São muitas as razões que explicam este vertiginoso crescimento urbano, entre elas está a abolição da escravidão no ano 1888, valendo-se do fato que Juiz de Fora era o município mineiro com maior população escrava. Outro fator que corrobora o súbito crescimento demográfico da cidade nas últimas décadas do século XIX e início do XX, são as constantes imigrações de europeus para Juiz de Fora, promovidas principalmente durante as construções da Estrada de Rodagem União e Indústria e pela Estrada de Ferro D. Pedro II.

Tabela 1: População de Juiz de Fora (1880/1920)

Ano	População
1855	6.466 ²
1890	17.622 ¹
1907	28.553 ¹
1920	51.392 ²

Fonte: ¹ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. ²OLIVEIRA, Mônica R. *Imigração e Industrialização: Os alemães em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1991.

A evolução demográfica por qual passou Juiz de Fora gerou problemas sociais, demandando urgentes investimentos em obras públicas, especialmente na infraestrutura citadina que não estava suportando a grande concentração de pessoas. Logo, houve um forte apelo social por melhores condições, e as principais reivindicações eram: melhorias no abastecimento de água; coletas do esgoto doméstico e pluvial; iluminação nas vias pública da cidade; nivelamento, alinhamento e calçamento das ruas, entre outras tantas que os jornais da época não trouxeram à tona.

Os jornais da época também retratam longos debates entre dois grandes políticos da cidade, Francisco Bernardino e João Penido. O primeiro com características progressistas, tinha a intenção de executar um imenso projeto de expansão da cidade conhecido como Plano Howyan. O segundo possuía fortes inclinações sanitaristas, inclusive foi o primeiro presidente da Sociedade de Medicina da cidade.

Juiz de Fora, no final do século XIX, assistia a uma intensa atividade industrial, efeito encadeado pela inversão econômica do grande capital cafeeiro (PIRES, 2009, pp. 193-384). Tal dinamismo nas atividades industriais levaram a cidade a ser conhecida pelo apelido de *Manchester Mineira*, alusão feita à industrializada cidade inglesa de Manchester.

Assim como Sônia Miranda aponta em seu trabalho *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questões Urbanas na Velha Manchester Mineira*, o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora está relacionado a três fatores fundamentais:

“Trata-se em primeiro lugar de um sistema viário, já iniciado com a rodovia União Indústria e complexificado posteriormente com a extensão dos trilhos da estrada de ferro D. Pedro II para a cidade integrando-a às regiões próximas, o que ocorreu em 1875. Em segundo lugar a existência de uma base de acumulação de capitais originários da atividade comercial, dos imigrantes europeus e da cafeicultura regional. Em terceiro lugar, desenvolveu-se um mercado urbano em potencial tanto em termos de consumo como de mão-de-obra para a indústria” (MIRANDA, 1990, p. 100)

Neste dinâmico espaço urbano, referência para região da Mata mineira, era o local apropriado para se estabelecer modernas relações de produção, trabalho e consumo. O espaço urbano começa a ser alvo de especulações capitalistas, principalmente nos setores imobiliário e financeiro, pois a inversão econômica possibilitava a diversificação de investimentos, e isso gerou um equilibrado crescimento urbano, principalmente no que tange à prestação de serviços públicos e à formação de um mercado financeiro local. Logo, a criação do Banco de Crédito Real em 1889 foi

especialmente importante para a formalização do sistema de crédito da cidade (PIRES, 1993, p. 110)

Mesmo com abundância de recursos financeiros e um mercado de capitais relativamente organizado, a cidade demandava um projeto de urbanização que melhorasse a infraestrutura urbana, principalmente a prestação de serviços públicos relacionados à distribuição de água e recolhimento de esgoto, pois estes eram pontos específicos para que a moderna Juiz de Fora funcionasse melhor.

Em 1892, a Câmara Municipal traz para si a responsabilidade de promover as melhorias no espaço urbano necessárias à cidade, uma vez que não era de interesse da iniciativa privada investir de forma arrojada em serviços públicos que não dessem lucro imediato. Desta forma, a Câmara Municipal promove o projeto de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora, conhecido como *Plano Howyan*⁴.

A realização desse grande projeto buscava sanar as principais reivindicações sociais por melhores condições urbanas, mas esbarrava na falta de recursos financeiros do poder público. A maneira encontrada pelos vereadores da cidade para promover o projeto foi a utilização do mercado financeiro local, emitindo títulos da dívida pública municipal.

A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. Os credores do estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos de dívida pública facilmente transferível, que continuam a funcionar em suas mãos como se fôsem dinheiro. A dívida pública criou uma classe de capitalista ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediário entre o govêrno e a nação. As parcelas de sua emissão adquiridas pelos arrematantes de impostos, comerciantes e fabricantes particulares lhes proporcionam o serviço de um capital caído céu. Mas, além de tudo isso, a dívida pública fêz prosperar as sociedades anônimas, o comércio com os títulos negociáveis de tôda espécie, a agiotagem, em suma, o jôgo de bôlsa e a moderna bancocracia.” (MARX, 1989: 872-873)

Os primeiros registros históricos da utilização desta prática financeira datam dos anos finais do século XII. Algumas cidades medievais italianas foram as primeiras a desenvolver artifícios financeiros como forma de arrecadação extraordinária. Logo, muitas outras nações europeias também fizeram uso deste artifício financeiro (FERGUSON, 2007, p. 138).

No Brasil, o primeiro documento oficial pertinente aos títulos de dívida pública, data de 9 de maio de 1810, e trata-se de um alvará que declarava que as antigas dívidas contraídas através de papeis pela Real Fazenda do Rio de Janeiro emitidos até o fim 1797, seriam prescritas num determinado prazo. (ASSIS RIBEIRO, 1972, p. 44).

Em Juiz de Fora, o primeiro registro de emissões de títulos municipais data de 1870, sendo esta uma prática de arrecadação extraordinária amplamente utilizada durante todo o século XIX.

Em 1870 obtém um empréstimo com emissão de títulos de dívida pública, sem juros, resgatáveis em sete anos, adquiridos por comerciantes, fazendeiros e industriais locais. O fato de ser um empréstimo sem juros indica bem o caráter dos interesses privados em tais investimentos. Por outro lado, as obras ainda que realizadas pela Câmara Municipal que envolveram propriedades territoriais não sofrem a princípio grandes dificuldades em sua realização graças ao mecanismo de DOAÇÃO de terrenos à Municipalidade com objetivo de abrir ruas (MIRANDA, 1990, p. 103).

O pensamento econômico liberal não enxerga com bons olhos a intervenção direta Estado na prestação de serviços públicos e principalmente quando contrai dívidas públicas, pois “o financiamento da dívida pública tende a afugentar o investimento privado e, portanto, a deprimir a formação de capital privado” (FERGUSON, 2007, p. 163).

⁴ O *Plano Howyan* foi elaborado pelo engenheiro francês Gregório Howyan no ano de 1893

Emissão de títulos de dívida tem como objetivo primário alavancar recursos financeiros, gerando condições materiais do Estado investir em setores deficitários da economia. Esta iniciativa definitivamente não agrada aos liberais, devido às suas convicções acerca do papel do Estado que os impedem de enxergar as benfeitorias que esta prática financeira pode gerar à sociedade em curto, médio ou longo prazo.

Sabe-se que em determinadas circunstâncias a iniciativa privada não dá conta de solucionar problemas infraestruturais, seja pela quantidade de capital necessário ao investimento ou pela própria falta de interesse de aplicar dinheiro num investimento arriscado ou pouco lucrativo. Portanto, a iniciativa empreendedora do poder público é extremamente necessária em determinadas circunstâncias, segundo C.J. de Assis Ribeiro:

Os que condenam os empréstimos públicos, alegando que eles facilitam os gastos supérfluos por parte nos Municípios, e dos Estados e a União; que oneram as gerações futuras em proveito das gerações do presente e que aniquilam as reservas de capitais, lamentavelmente se esquecem de que os empréstimos públicos, quando bem lançados e aplicados, estimulam o espírito de poupança; influem na democratização dos títulos públicos; permitem o povo participar da gestão das coisas públicas; despertam o interesse da coletividade pelos serviços e obras de interesse público ou social e facultam boas aplicações de capital, além de concorrem para o desenvolvimento econômico da Nação (1972, p. 8).

O *Plano Howyan* foi uma iniciativa do poder público, que foi promovido com o capital adquirido através do empréstimo público de 1893. O projeto tinha como diretriz resolver os problemas de saneamento e abastecimento de água na cidade, retificação e drenagem de rios a fim evitar maiores danos causados pelas constantes enchentes do rio Paraíba, que afetavam principalmente a área central da cidade.

Os saldos referentes ao Plano Howyan foram conseguidos através da emissão de títulos da dívida municipal e eram administrados de forma separada dos recursos arrecadados pela Câmara Municipal de forma ordinária. A preocupação com a gestão do capital realizado pela subscrição de títulos municipais de 1893, está relacionada ao caráter emergencial das obras que deveriam ser executadas.

Em 18 de outubro de 1892, começa a articular a materialização do projeto de saneamento e expansão da cidade, o conhecido Plano Howyan. Por meio de uma resolução da Câmara Municipal de Juiz de Fora, foram abertas as subscrições para aquisição de títulos da dívida pública municipal, em que poderiam ser creditado até 2.000:000\$000 (dois mil contos de reis), sendo que cada apólice seria impressa no valor de 200\$000 (duzentos mil reis) cada. Isto significava que teriam disponíveis no mercado financeiro 10.000 apólices para serem adquiridas pelos investidores.

Estes títulos renderiam 7% de juros ao ano ao seu portador, os juros seriam pagos semestralmente ao portador, o prazo de resgate total das apólices eram de 28 anos, começando a contar de primeiro de janeiro de 1894, sendo que a instituição emissora poderia recolher os títulos a qualquer momento que julgasse pertinente.

No orçamento da Câmara de Municipal estava previsto o pagamento de juros e amortização da dívida contraída, a quitação deste empréstimo público era vista como prioridade (Tabela 2). As garantias dadas pela Câmara aos seus credores estão disponíveis na resolução nº 84, de 18 de outubro de 1892, neste documento a instituição afirma que destinará à quantia de 165:000\$000 anuais de sua receita para o cumprimento de suas obrigações financeiras (ATAS DE RESOLUÇÃO DA CÂMARA DE JUIZ DE FORA, 1892, p 95). O capital responsável pelo pagamento da dívida pública de 1893 seria levantado através dos impostos prediais e de transição de propriedade⁵.

⁵ Constituição Política do Estado de Minas Gerais, publicada no Almanak de 1892, Artigo 76 “É da exclusiva competência das municipalidades decretar e arrecadar os imposto sobre os immoveis ruraes e urbanos de industria e profissões”. Isto significa que o município estava fazendo uso da sua autonomia administrativa e financeira permitida pela República.

Tabela 2: Arrecadação e Despesas da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1892/1894)

Ano	Arrecadação	Despesas	Despesas discriminadas		Consumo dos Juros e Amortização, da arrecadação
			Construção e reparo de Obras Públicas	Juros e Amortização	
1892	200:000\$000	206:000\$000	24:100\$000	26:500\$000	13,25%
1893	400:000\$000	393:850\$000	45:000\$000	170:000\$000	42,50%
1894	500:000\$000	510:000\$000	53:800\$000	165:000\$000	32,35%
1895	500:000\$000	498:000\$000	-----	165:000\$000	32,35%

Fonte: Atas de Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1892-1894)

A receita do município antes da subscrição do empréstimo público de 1892 tinha 13,25% da sua renda comprometida com o pagamento juros e amortização de empréstimos feitos pelo poder público em outros tempos.

Após o lançamento das apólices referente aos empréstimos do Plano Howyan, as despesas destinadas para saldar a dívida com os credores municipais chegam a consumir 42,50 % do orçamento municipal no ano 1893⁶, nos dois anos subsequentes à rubrica referente para o pagamento de juros e amortização viria consumir 32,35% da receita da cidade de Juiz de Fora (Tabela 2). Segundo as disposições legais da época, a cidade de Juiz de Fora não poderia emitir nenhum lançamento até que parte significativa deste empréstimo fosse quitada pelo poder público, reequilibrando os gastos municipais⁷.

Em 14 de maio 1892, por meio da resolução nº 2, a Câmara Municipal esperava arrecadar 200:000\$000 (duzentos mil reis) com o recolhimento de impostos feitos na cidade, as despesas orçadas para o mesmo ano seriam na ordem de 206:000\$000 (duzentos e seis contos de reis), em que os gastos da Câmara Municipal destinado a construção e reparo de obras públicas eram representados ela quantia de 24:100\$000, enquanto a verba direcionada ao pagamento de juros e amortização de empréstimos públicos estava na ordem 26:500\$000, sendo estes dois valores, portanto, relativamente próximos.

A resolução nº 83 de 13 de outubro de 1892, promulgava a receita fixa e despesas do município para o ano de 1893. A arrecadação do município salta para 400.000\$000, o que representa um aumento de 100% referente ao ano anterior.

A Câmara de Vereadores junto à repartição da Fazenda Municipal planejavam a reconfiguração dos impostos sobre imóveis, indústria e profissões, portanto este expressivo aumento está fundamentado numa nova política fiscal do município.

Os gastos públicos acompanham o crescimento da arrecadação, chegando a atingir o valor de 393:850\$000, sendo que 170:000\$000 eram destinados ao pagamento de juros e amortização, e isto significa um aumento de 641, 51%. No entanto, vale lembrar que este é o ano em que as apólices do Plano Howyan são colocadas à venda, mas antes de serem lançadas era necessário realizar o resgate de títulos de subscrições passadas que circulam no mercado financeiro.

O governo local também aumenta a verba referente à construção e reparo de obras públicas, que se comparada à verba destinada ao pagamento de juros e amortização, é quase quatro vezes menor. Não obstante, o Plano Howyan, fruto do empréstimo público municipal, tinha como principal objetivo promover beneficiamentos urbanos.

No ano seguinte, a arrecadação municipal aumenta 25% chegando à importância de 500:000\$000, e este valor se mantém no ano de 1895. As verbas destinadas ao pagamento de juros e amortização nos dois anos ficam estabilizadas na quantia de 165:000\$000, valor pré-estabelecido na

⁶ Neste ano ainda não há o pagamento de juros da subscrição de 1893, mas a Câmara está resgatando as apólices referentes aos empréstimos anteriores.

⁷ Constituição Política do Estado de Minas Gerais, publicada no Almanak de 1892, Artigo 79 “Em seus orçamentos as camara municipaes consignarão os fundos necessarios para a amortização e juros de emprestimos que contrahirem”- “unico: não serão contrahidos novos emprestimos, quanto o encargo dos existentes consumir a quarta parte da renda municipal”

resolução nº 84. O valor da rubrica referente à construção e reparo de obras públicas teve aumento 19,55% para o ano de 1894, sendo que no ano seguinte não há qualquer verba no orçamento para este fim.

A aquisição de títulos da dívida municipal era uma aplicação financeira consideravelmente alta para a maior parte da população, para obter uma boa rentabilidade era necessário o investidor adquirir uma quantidade significativa de apólices, levando em consideração que cada apólice representava quase sete salários⁸ de um trabalhador. Portanto, este tipo de investimento era viável apenas pelas camadas mais abastada da sociedade.

A subscrição pública de 1892 ofereceu aos investidores 10.000 apólices, mas somente 4.309 foram compradas, o que significa que foram vendidas menos 44% dos títulos. Existem alguns fatores que devem ser levados em consideração ao refletirmos este fenômeno, as explicações pertinentes ao ocorrido estão relacionadas principalmente à conjuntura econômica.

Entre os anos de 1890 a 1891, no governo de provisório de Teodoro da Fonseca, a economia do país passava por um período de incertezas decorrentes da crise do Encilhamento. Além disso, podemos destacar os altos valores das apólices e a falta segurança dos investidores neste tipo de aplicação, uma vez que os bens públicos não podem ser penhorados à garantia de pagamento dos valores acordados se tornam fluídas, pois não há artifícios legais que os credores poderiam recorrer para que o poder público cumprisse o que foi estabelecido nas resoluções.

Apesar das adversidades da conjuntura econômica, o lançamento do empréstimo municipal atraiu 105 subscritores, que motivados pelo espírito de poupança intrínseco neste tipo de aplicação, foram responsáveis por financiar o Plano Howyan.

O que podemos notar é que os principais credores da subscrição de 1893 possuem algum tipo relação com o cultivo de café, sendo eles cafeicultores ou integrantes de famílias ligadas à cafeicultura. Estes homens e mulheres foram responsáveis por realizar parte significativa do capital levantado na subscrição.

Outro perfil que chamou a atenção durante as investigações fora a quantidade de mulheres que aparecem como subscritoras dos títulos públicos de 1893, sendo na sua maioria esposas ou viúvas de importantes cafeicultores da cidade ou região.

Na maior parte das vezes, os títulos eram comprados pelos cônjuges e dados às suas respectivas esposas, pois os juros pagos ao portador garantiam uma renda fixa, enquanto as apólices não fossem resgatadas pela instituição emissora. Algo semelhante acontece com menores de idade, em que os pais compram apólices para seus filhos a fim de estabelecer uma segurança financeira aos mesmos.

De modo geral os subscritores possuíam perfis bem variados: pecuaristas, médicos, funcionários públicos, financistas, lavradores adquiriram apólices do empréstimo público.

Podemos notar que aparecem duas instituições: a Sociedade Portuguesa e o de Banco de Crédito Real de Minas Gerais como subscritoras de apólices. Estes investidores buscavam a diversificação de investimento, lembrando que estes homens e mulheres estavam vivendo um período de transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, em que as relações entre força produtiva e meio de produção não estavam claramente definidas, e a diversificação de investimento era um traço marcante da sociedade que se encontrava em processo de transição.

Contudo, o dinamismo econômico e social experimentado por esta comunidade conduz a estruturais mudanças em suas relações culturais, conseqüentemente gerando uma reorganização nas relações de pertencimento ao espaço e território a partir das invenções das tradições, principalmente após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.

⁸ O salário mínimo da forma que conhecemos hoje começa a vigorar a partir do ano 1940. Portanto não estava estabelecido oficialmente um valor para salário mínimo, mas o salário de um trabalhador tinha valores próximos de 30\$000 (trinta mil reis).

Modernidade capitalista e a invenção das tradições

A consolidação capitalista na região conduz Juiz de Fora à modernidade, pelas vias da institucionalização e formalização do sistema financeiro e bancário, da industrialização, da urbanização inspirada nos valores estéticos franceses, das reformas sanitárias. Estes, e outros, elementos corroboraram o movimento de invenção da juizforanidade, que pretendia, em última instância, romper com a tradição colonial mineira fundamentada na estética barroca, transformando a cidade em um exemplo de universalidade.

Com efeito, a Zona da Mata é uma *ruptura com o passado histórico de M.G. Ela não foi palmilhada por bandeirantes, nem deve a nenhum deles a formação de qualquer povoado; nem varejada foi por aventureiros que, de dentro ou fora do país, afluíram às regiões onde se encontravam facilmente ouro e pedras preciosas, achando capazes de enriquecer da noite para o dia, dependendo de uma viagem, de um acaso ou de um bambúrrio. Sim, a Zona da Mata teve uma formação penosa.* (PEDROSA, 1962, p. 189).

Sua modernidade é resultado de um amplo processo de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, pelo qual esta sociedade supera estruturas tradicionais e cria novas formas de produção, novos padrões de consumo e de comportamento, caracterizados principalmente pelo fenômeno urbano, pelo desenvolvimento tecnológico e pela comunicação de massa (cultura de massa).

No plano econômico, as atividades primárias deixam de ser predominantes, cedendo espaço às atividades industriais e de serviços; no plano político, ocorre a expansão da participação política, especialmente após 1850 quando a Vila de Santo Antônio do Paraibuna se emancipa de Barbacena, o que resulta numa maior liberdade político-administrativa; a nível social, ocorre um significativo crescimento demográfico urbano, consequência dos movimentos de migração e imigração que estimulam o desenvolvimento urbano, a diversificação do mercado de trabalho e o surgimento de novas camadas sociais; a nível cultural, expandem-se os meios de comunicação e a educação, implementando novas escalas de valores; em geral, o processo de consolidação da modernidade gera nos indivíduos a sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização, o que se dá dentro de uma sistemática de equilíbrio e conflitos, variáveis conforme o ritmo em que se realiza e os agentes sociais que a promove.

Em decorrência das exportações do café, Juiz de Fora se aproxima da capital através dos contatos comerciais e culturais. Logo, a moda e as tendências européias ficaram mais palpáveis a esta comunidade interiorana.

O crescimento econômico de algumas famílias permitiu que muitos jovens fossem estudar na Europa e tivessem uma educação diferenciada. Além disso, começa a ser organizado em Juiz de Fora um sistema educacional de qualidade, com a instalação de grupos escolares como o Instituto Grambery e a Academia de Comércio, responsáveis pela “*formação de lideranças*” e pelo “*projeto de modernização*” da cidade (CHRISTO, 1994, pp. 57-79).

A construção da identidade moderna, ou melhor, capitalista, não deve ser compreendida apenas como parte de processo racional que possui a finalidade de promover a dominação das classes subalternas, mas sim como um elemento responsável por criar um sentimento de pertencimento a uma comunidade.

A circulação simétrica de informação não somente facilitava as trocas financeiras, como também foi determinante para o reconhecimento do território. Se tratando de uma sociedade em pleno processo de consolidação capitalista, a informação torna-se um produto de mercado consumido pela massa, dadas as condições materiais e culturais que envolvem o dispêndio deste produto no recorte histórico em questão.

Após Gutenberg⁹, foi inaugurada uma nova era da informação, uma verdadeira revolução da imprensa, onde a capacidade de produção e circulação de textos impressos gerou uma popularização dos livros, jornais, tabloides, entre outros impressos sem precedentes na história. Essa dinâmica possibilitou maior acessibilidade a estes produtos, portanto, este mercado em formação deve ser compreendido como “*sendo uma das primeiras formas de empreendimento capitalista, o setor editorial teve de proceder à busca incansável de mercado, como é próprio ao capitalismo*” (ANDERSON, 2008, p. 72). Benedict Anderson (2008) reforça o papel singular da informação circulada pela imprensa no processo de formação dos Estados Nacionais.

Na ainda Vila de Santo Antônio do Paraibuna, o mercado de informação local começa a tomar contornos capitalistas, especialmente após a transferência da sede do Jornal “*O Pharol*” para a região urbana do que virá a se tornar Juiz de Fora. Esta mudança física da sede do Jornal ocorreu em 11 de setembro de 1866.

11 de setembro de 1866

Aparecia em Paraíba do Sul “*O Farol*”, que lá circulou até 30 de agosto de 1867, quando distribuiu o seu nº 101. Foi transferido em 1870 para Juiz de Fora (OLIVEIRA, 1975, p. 194).

O jornal *O Farol* era um dos principais veículos de informação de sua época, e neste periódico era possível encontrar notícias sobre o cotidiano urbano deste espaço social, propagandas de estabelecimentos comerciais da cidade, notícias sobre a capital, sendo que a partir de 1871 foi firmado um “[...] *contrato com a Câmara Municipal para a publicação do seu expediente no mesmo Jornal*” (OLIVEIRA, 1975, p. 119).

Nas últimas décadas do século XIX e início do XX o jornal, *O Farol* foi responsável por irradiar a imagem da cidade para o Brasil, uma vez que este tabloide chegou a circular na cidade Rio de Janeiro, então capital do país. Conseqüentemente Juiz de Fora adquiriu maior destaque no cenário político mineiro e nacional.

Concomitantemente à exposição do município pelas páginas do *Farol*, a economia mineira, principalmente a Zona da Mata, se enriquecia com o plantio do café que permitia o desenvolvimento de todas as benfeitorias enumeradas nos capítulos anteriores.

Os intelectuais e a institucionalização da história

Os intelectuais da cidade pretendiam criar uma tradição própria para Juiz de Fora, que lhe desse singularidade frente às demais cidades da Província de Minas Gerais. Assim como Hobsbawn propõe em seu livro *A invenção da tradição*, a compreensão de “[...] *que nem todas essas tradições perduram; nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram*” (HOBSBAWN, 1997, p. 9).

Nas três últimas décadas do século XIX, a cidade viveu um período ímpar de ascensão econômica, o que permitiu materialmente a promoção de dois grandiosos empreendimentos, que colocaram Juiz de Fora numa posição de vanguarda. São eles: a criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, importante instituição financeira da cidade no período, e a Companhia Mineira de Eletricidade, responsável pela Usina de Marmelos, a primeira hidroelétrica na América Latina. Ambos os investimentos foram realizados na década de 1880.

O município ostentava sua riqueza realizando projetos urbanísticos para a cidade, inspirados nas reformas urbanas de Veneza e Paris. Sua pulsante industrialização gerou comparações com as mais modernas cidades da Europa.

⁹ Johannes Gutenberg (1390-1468), importante figura do século XV, a ele foi atribuído os créditos da invenção da prensa móvel.

Rui Barbosa disse em um discurso proferido em abril de 1919, na Associação Comercial, as seguintes palavras: “*Juiz de Fora, a Barcelona Mineira, cidade da indústria, do operariado e das relações liberais, a Associação Comercial é o coração das forças produtivas, em cujo futuro se contém o porvir deste Estado*” (OLIVEIRA, 1975, p. 106).

Paulino de Oliveira, intelectual da cidade e sócio-fundador da IHGJF, refere-se a Juiz de Fora por meio de nomes ostentosos, tais como: “*Atenas Mineira*”, “*Princesa do Paraibuna*” e “*Manchester Mineira*”, todos com o escopo de adjetivar positivamente a cidade.

Já nos versos de Duque Bicalho e Lindolfo Gomes, que se transformaram no hino do município, a comunidade é chamada de “*Princesa de Minas*”.

A tentativa de ruptura com o passado colonial se dá principalmente no campo da cultura, especialmente por meio de ideias modernizantes para a cidade, uma vez que toda suntuosidade econômica estava fortemente atrelada à escravidão.

Tivemos em Juiz de Fora que podemos chamar de “*republicanos de véspera*”, ou veja, homens que tinham grande parte do seu capital atrelado à produção cafeeira e que utilizavam largamente o trabalho escravo nas suas unidades produtivas, ao exemplo de Cândido Toste, um dos maiores produtores de rubiácea da região, que direcionou a um amigo a seguinte carta:

Não tenho respondido há muito tempo as suas duas últimas cartas por andar muito preocupado com a administração dessa nossa fazendinha, preocupação esta aos tais senhores pela celebríssima lei do 13 de maio, obra monumental dessa idiota que só pensa hoje na Rosa de Ouro que lhe foi conferida pelo Papa e que espera alcançar do mesmo ser canonizada muito brevemente. Felizmente o que vai acontecer é ser enxotada pela Barra afora. (...) Quando a republicanos em que me fala, tenho a dizer-lhe só que, no dia 02 do corrente houve eleições aqui no nono distrito para 1 deputado e os cascudos mais importantes de nossa freguesia votaram no candidato republicano. (...) já vê que caminhamos a passos de gigante para riscarmos da América essa instituição que se chama monarquia. Sendo o amigo um dos generais do partido pode contar com mais um soldado que com melhor vontade hasteou no dia 02 do correte a bandeira republicana (Saraiva, 2001, p.144)

A abolição da escravatura, assim como a proclamação da república, são movimentos sócio-políticos fundamentais na reorganização semiótica do espaço, e conseqüentemente na compreensão dos processos de elaboração e resignificação simbólica que ocorreu no Brasil na última década do século XIX (CARVALHO, 1998).

Segundo o recenseamento de 1872, Juiz de Fora era apontada como a província mineira com a maior população escrava de Minas, os escravos chegavam a representar mais de 60% da população da cidade e distritos próximos¹⁰.

Sendo Juiz de Fora um centro de referência regional com uma população escrava tão significativa, torna-se curiosa a postura de alguns intelectuais da cidade, sócio-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, que omitem em suas principais obras este capítulo da história local.

Portanto, a invenção da identidade juizforana como cidade inclinada à modernidade, passou por escolhas pontuais do que deveria ser lembrado e o que poderia ser silenciado. Hoje, ao andar pelas ruas de Juiz de Fora, não se consegue encontrar em nenhum espaço de memória uma referência significativa aos trabalhadores escravos, tão importantes para o enriquecimento do município.

Apoiar-se num passado escravista, para os homens do início do século XX, era o mesmo que retomar um passado arcaico. Neste período a cidade estava vivendo um momento de afirmação da sua modernização, o enaltecimento da indústria, da eletricidade, do operariado livre. Não seria possível apontar o responsável pela criação desta tradição que negligencia a história dos negros e populares.

O Instituto Histórico Geográfico de Juiz de Fora – IHGJF, fundado em 1956, vem reforçar a construção destes mitos locais. Esta instituição é responsável por interpretar a história da cidade e

¹⁰ BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1872*.

elaborar os símbolos representativos da cidade, tal como o Brasão de Armas, onde são exibidos acontecimentos históricos que representam os feitos sociais dos grupos dominantes, e se esquecendo que houve uma outra história construída pelos esquecidos.

A economia nos símbolos representativos da cidade

A construção identitária de Juiz de Fora (capital regional da Zona da Mata) fundamentou-se no opulento passado da cidade para inventar suas tradições. Neste sentido, os intelectuais locais buscaram enaltecer os fatos sociais ligados à economia local, encontrando na cafeicultura e na industrialização os componentes necessários à construção de uma unidade simbólica para o município.

No entanto a investigação histórica proposta neste momento procura refletir acerca dos elementos eleitos para compor o Brasão de Armas de Juiz de Fora. Este importante símbolo de representação política foi elaborado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), que foi fundado por um grupo de intelectuais locais, na década de 1950, com a finalidade de selar pela memória histórica e geográfica da cidade.

Os elementos que seriam representados no Brasão de Armas do município foram sugeridos por um dos sócios fundadores do Instituto, o advogado Almir de Oliveira¹¹, sendo este apoiado pelos demais membros do IHGJF.

A opção por retratar no Brasão de Armas alguns fatos e acontecimentos históricos tem como objetivo forjar um passado para a cidade, ou seja, uma unidade de reconhecimento simbólico para os cidadãos da comunidade em questão.

Os elementos que estão representados no Brasão de Armas são resultados de escolhas políticas e ideológicas, cuja elaboração foi conduzida por um grupo restrito de pessoas, “[...] *estes homens estavam ligados aos grupos dominantes locais, seja porque na maioria das vezes seus autores vinham de extratos sociais vinculados aos grupos dominantes, ou porque tornaram-se seus reprodutores ou porta-vozes, identificando ou criando tradições que acabavam, muitas vezes, reforçando estes mesmos grupos*” (LAMAS; SARAIVA, 2009, p. 53)

Entretanto, não se trata, neste momento, de uma análise heráldica do Brasão de Armas da cidade, mas sim de uma busca pelo entendimento dos elementos nele representados, tendo como premissa refletir sobre a construção identitária e ideológica da cidade na longa duração, ou seja, desde os fatos embrionários que levaram à materialização do município, tais como: a abertura do Caminho Novo e emancipação político-administrativa da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, hoje Juiz de Fora, até a institucionalização da escrita da história da cidade através do IHGJF.

Para que a argumentação acerca da invenção da tradição do município seja melhor compreendida, cabe neste momento uma sucinta análise dos elementos representados no Brasão de Armas do IHGJF (Ilustração 2).

¹¹ Entrevista concedida a Pró Reitoria de Cultura no Museu Arte Murilo Mendes, para o projeto Diálogos Abertos no dia 15 de julho de 2008. Os entrevistadores foram os jornalistas Wilson Cid e Ismar Zagheto e os advogados Nilson Leão, Paulo Medina e Paulo Nader.

Ilustração 2: Brasão de Armas do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora



Na parte superior da figura há um livro aberto, simbolizando o estudo; nas laterais, duas penas que simbolizam a escrita da história; no contorno do brasão há 34 estrelas que representam os 34 sócios fundadores do instituto, o que demonstra claramente quantos eram os intérpretes da história local; na parte interna do brasão há duas ampulhetas que simbolizam o tempo histórico; no centro das ampulhetas há um globo fazendo referência à geografia; embaixo destes símbolos estão representados o Morro do Cristo, o Paraibuna, o Caminho Novo e a Estrada União Indústria; no listel está representada a data de inauguração do IHGJF (18 de março de 1956), assim como as seguintes escrituras “*História Mestra da Vida*”.

Após esta rápida apresentação do Brasão de Armas do IHGJF, cabe entender como foi organizado o Brasão de Armas do município e como o mesmo pode se configurar com um objeto de grande representação simbólica, devido aos elementos eleitos para a composição deste símbolo.

Sua construção heráldica privilegia o potencial econômico de Juiz de Fora, desde os tempos em que a cidade ainda era apenas um pouso para os tropeiros que vinham das Minas Gerais.

No Brasão de Armas de Juiz de Fora (Ilustração 3), podemos observar na parte superior uma torre de cinco pontas, o que significa que o município foi elevado à condição política de cidade; nas laterais temos dois ramos de café que remetem à principal atividade econômica do município entre o período de 1850-1930, ou seja, o plantio de café; os elementos internos do brasão são: um Gibão Dourado, que remete ao passado bandeirista, encarnado na figura de Garcia Rodrigues Paes; o monumento ao Cristo Redentor, fazendo alusão ao monumento localizado no Morro do Imperador e que demonstra o caráter católico da cidade; a Balança da Justiça fazendo referência à moral que a cidade busca apresentar e também ao próprio nome da cidade – Juiz de Fora –; embaixo destes símbolos citados encontramos uma diligência que se refere à Estrada União Indústria, importante rota de escoamento do café da região para o porto do Rio de Janeiro; na parte inferior do brasão há um raio caindo na água, que simboliza a eletricidade produzida pela Usina Hidrelétrica de Marmelos; por fim, as datas que aparecem no listel, remetem, respectivamente, ao início da construção do Caminho Novo (1701), e da emancipação do município (1850), assim como a seguinte frase: “*Para Pátria e Urbanização*”.

Ilustração 3: Brasão de Armas da cidade de Juiz de Fora



Contudo, torna-se notório que a maioria dos elementos escolhidos para representar a cidade em seu Brasão de Armas faz menção direta à história dos empreendimentos econômicos da cidade. Portanto, a construção da identidade desta comunidade está atrelada aos feitos da elite financeira de Juiz de Fora e não aos grupos subalternos silenciados pela história oficial.

Para Stuart Hall, teórico da cultura, “[...] a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais” (HALL, 1999, p.52), que simbolizam as experiências coletivas da comunidade.

Contudo, a invenção das tradições atua nos mais variados campos da vida social, desde a confecção de símbolos, hinos e obras literárias que povoam o imaginário coletivo. Todos estes elementos são responsáveis por criar um sentimento de pertencimento a uma comunidade, tendo pouco, ou quase nada, de espontaneidade nestas construções sociais.

CONCLUSÃO

Definidas as dimensões de tempo e espaço que tocam o presente trabalho, torna-se importante realizar algumas considerações acerca dos assuntos tratados a cima. Juiz de Fora apesar de toda importância que tem para Minas Gerais devido principalmente sua opulência econômica, principalmente nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade não conseguiu se firmar como uma referência política para a Província, especialmente depois da perda da disputa para ser a nova capital mineira.

Embora não existam trabalhos que demonstre claramente as origens dos financiamentos que permitiram a construção da nova capital, Belo Horizonte, é válido lembrar que no período em questão Juiz de Fora possuía a maior arrecadação entre todos os municípios mineiros.

Apesar da lamentável perda da disputa política a bela Juiz de Fora continuou sua marcha para o progresso, foram muitas as estratégias pensadas para que a cidade se continuasse seu desenvolvimento, especialmente no que tange a organização da infraestrutura urbana da cidade. Neste sentido o *Plano Howyan* mereceu um destaque neste trabalho.

Apesar de todo o esforço do poder público municipal para o sucesso do *Plano Howyan*, o projeto de saneamento e expansão não cumpriu grande parte de suas pretensões. Em 1895 foram eleitos novos vereadores para assumir a Câmara Municipal, que optaram por paralisar as obras que estavam sendo feitas na cidade, este é um dos pontos cruciais para o insucesso do projeto de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora.

Todavia os erros administrativos acerca das políticas urbanas para o município não prejudicaram a imagem da cidade na região, a mesma continuava a ser uma referência urbana para a Zona da Mata. Juiz de Fora se afirma sobre as demais cidades de seu entorno a partir da sua identidade urbana.

Neste sentido ao propor uma reflexão acerca da construção identitária do município, não perdendo de vista os múltiplos elementos que envolvem esta questão, afirmamos a necessidade de uma construção cultural que serviram de parâmetro de referência ao sentimento de pertencimento a esta comunidade.

A pluralidade sociocultural existente em Juiz de Fora demandava uma elaboração simbólica que compreendesse sua heterogeneidade, partindo do princípio de criar novas tradições que funcionasse de forma dúbia a todos os grupos sociais que residem na cidade. A elaboração dos símbolos, bem como a produção literária da cidade foi em grande parte realizada por homens e mulheres que faziam parte de uma classe dominante, logo reproduziram em suas ideologias nas suas obras.

Contudo a construção simbólica da cidade se apóia num glorioso passado econômico da mesma, fruto da modernização capitalista proporcionada pelo café. A modernidade transforma este espaço social reordenando sua cultura, através de tradições inventadas por homens e mulheres que tiveram uma experiência comum entre eles.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSIS RIBEIRO, Carlos José. *O Crédito Público no Brasil: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- CHRISTO, Maraliz. *Europa dos Pobres*. Juiz de Fora: UFJF, 1994.
- COSTA, Fernando Nogueira. *Economia monetária e financeira*. São Paulo: MAKRON Books, 1999.
- ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 3º Ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.
- FERGUSON, Niall. *A lógica do dinheiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOBBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.
- HOWYAN, Gregório. *Saneamento e Expansão da Cidade de Juiz de Fora: águas e esgoto; retificação de rios, drenagem*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.
- HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: USP, 1973.
- LAMAS; SARAIVA, Fernando; Luiz Fernando. *Historiografia tradicional liberal da zona da mata*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora, v. 4, n. 6, jan.-jun. 2009. pp. 50-60
- LEVY, Maria Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MERCADANTE, Paulo. *Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1873.
- MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.
- NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la historia*. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976, pp. 405-421.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*. Juiz de Fora: FUNALFA; Bauru: EDUSC, 2005.

OLIVERA, Paulino. *Efemérides juizforana (1698-1965)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1975.

_____. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Comércio e Indústria, 1966.

PEDROSA, M.X.U. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 9. 1962. pp. 189-230.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2009.

_____. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 2001.

SOUZA, Sônia. *Terra, família, solidariedade...*. Juiz de Fora: FUNALFA; Bauru: EDUSC, 2007.

TAVARES, Silva. *Almanak de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Leite Ribeiro, 1892.

TRENTMANN, Frank. *Food and Globalization*. New York: Berg, 2008.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Documentos:

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1872*.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. *Resoluções promulgadas pela Câmara Municipal (1892-1894)*.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. *Relação nominal dos subscritores de apólices (1893)*.

Ilustrações:

1. Disponível em: <http://aveszonadamatamineira.blogspot.com/>

2. Disponível em: <http://www.ihgjf.com.br/index.htm>

3. Disponível em: <http://isal.camarajf.mg.gov.br/index.php?page=jf/brasao>